

QUE OS MUDOS FALEM E OS SURDOS OUÇAM: JOSÉ DE ANCHIETA E AS LÍNGUAS BRASÍLICAS

Maria José dos Santos Cunha¹

Museu e Centro de Documentação do

Santuário Nacional de São José de Anchieta

Comunicação apresentada na III Semana Indigenista da FUNAI/Brasília 2019

Resumo: Este trabalho é uma reflexão sobre o problema que se colocava aos colonizadores na chegada ao Brasil na comunicação com as populações locais face à multiplicidade de línguas e diferentes formas dialetais na segunda metade do século XVI. Adotaram os missionários jesuítas estratégias de resolução tendentes à normatização e standardização da língua mais falada nas áreas onde os portugueses se concentravam. Apresentam-se algumas das práticas do ensino e da aprendizagem das línguas indígenas no Brasil, num contexto de reconhecimento da diversidade linguística na qual sobressai a ação de José de Anchieta. Porque se empenharam os jesuítas na difícil tarefa de redigir vocabulários, gramáticas e diálogos em línguas puramente orais quando poucas línguas europeias os possuíam? Buscaremos respostas na análise da escrita de Anchieta e de como a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* é, talvez, o vestígio mais visível que nos resta da aprendizagem de línguas do tronco tupi-guarani por parte de estrangeiros fossem clérigos ou laicos, livres ou escravos durante os séculos XVI a XVIII.

Palavras-chave: Brasil colônia. Século XVI. Tupi-guarani. José de Anchieta. Instrumentos linguísticos.

Introdução

À medida que o movimento de expansão avançava ao Norte, internando-se na região amazônica, vários atritos surgiram entre os colonizadores e os missionários, a exemplo das ocorrências já vividas em outras regiões. Quase sempre a pressão exercida

¹ Doutora em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais (Universidade de Évora), mestre em Estudos Lusófonos (Universidade de Évora), pós graduada em História Moderna (Universidade de Lisboa), pós graduada em Pedagogia (Escola Superior de Educação de Setúbal), licenciada em Ciências Históricas (Universidade Livre de Lisboa).

sobre os povos nativos era o assunto principal da discórdia e das queixas enviadas para a capital do reino. A 6 de janeiro de 1662 o padre António Vieira aproveita, em Lisboa, a oportunidade do sermão na Capela Real para apresentar a sua visão sobre o que ocorre no longínquo Brasil. Referindo-se especificamente ao rio Amazonas, informa serem então conhecidas mais de cento e cinquenta línguas tão distintas entre si como o grego e o português. Neste particular, era fundamental e indispensável estudar e trabalhar para o domínio perfeito e correto da aprendizagem das línguas indígenas, condição para que todos deixem de ser mudos e surdos, “porque, ainda que todos falavam e todos ouviam, a nenhum entendia o outro”, assim, conseguir “que estes mudos falem e estes surdos ouçam” era tarefa indispensável e inadiável (VIEIRA, 1945).

Esta política de preservação e conhecimento das línguas dos povos ameríndios era seguida desde os primeiros missionários jesuítas chegados em terras brasileiras na comitiva do governador Tomé de Sousa em 1549. Sua formação humanista, adquirida nas universidades de Coimbra e de Salamanca, fazia destes missionários pedagogos empenhados na vida pública onde viviam e na formação integral dos seus concidadãos segundo a ideia de *Paideia* da filosofia grega. Abertos ao elemento humano e pessoal, à filosofia, filologia, arte, literatura e à ciência, com particular atenção aos saberes empíricos derivados da experiência da vida.

O contato, ainda na Bahia, com populações cultural e linguisticamente bem diferente daquelas com as quais se encontravam familiarizados abria aos missionários jesuítas outro tipo de problemáticas. Na terceira carta escrita do Brasil, o superior da missão, o padre Manuel da Nóbrega, afirma com convicção “Esta terra é nossa empresa, e o mais Gentio do mundo” (NÓBREGA, 1988, p. 82) e reitera ao padre provincial português, do qual dependiam administrativamente os jesuítas no Brasil, o envio do maior número possível de missionários para a evangelização da imensa população. Algumas dúvidas se colocavam, porém, em face da realidade humana brasileira, realidades estas que jamais haviam sido colocadas, ponderadas e discutidas na Europa que passava por um processo de construção de novas igrejas e de reconstrução da igreja romana. No primeiro momento havia a percepção do quão vital era que os mudos falassem e os surdos escutassem, isto é, que sem o aprendizado das línguas nativas o processo de transmissão da doutrina cristã aos povos gentios dificilmente poderia ser realizado. A personalidade de Nóbrega e a sintonia com os princípios humanistas e a espiritualidade inaciana que seguia colocaram-no perante um dilema que a outros poderia ter passado despercebido. Tratava-se especificamente da prática do recurso, por

parte dos sacerdotes, a intérpretes nas práticas religiosas, os chamados línguas que perpassam nos documentos. Tendo Manuel da Nóbrega percebido que aí poderia residir um foco gerador de discussões teológicas que pudessem carrear consequências nefastas à empresa jesuíta, em 1552 na sequência de alguns desentendimentos com o primeiro bispo do Brasil, D. Pedro Fernandes Sardinha, em nova carta dirigida ao padre provincial, Simão Rodrigues, elenca um conjunto de questões que solicita fossem encaminhadas para discussão e análise pelos mestres da universidade de Coimbra. Em primeiro lugar estava a da utilização de intérpretes nas confissões de “gente desta terra que não sabe fallar nossa língua” (NÓBREGA, 1988, p. 141). Convicto do seu bom conhecimento dos cânones e suas interpretações ainda assim pede confirmação por escrito. É que os pressupostos mais antigos defendidos pela tradição, personificados no bispo Sardinha, chocavam com as novas concepções filosóficas e teológicas de humanidade. Dos encontros com novos povos em África, na Ásia e América, o aprimoramento nas ciências e nas artes geravam atitudes distanciadas dos modelos fechados que haviam perdurado por séculos, outros eram os contextos culturais e sociais.

Afigura-se-nos que o padre Manuel da Nóbrega, na qualidade de superior da missão brasileira, encaminha os missionários numa perspectiva humanista na medida em que sua ideia se reveste de um caráter cívico e pedagógico, visando lançar as bases de uma sociedade cristã em solo americano nos modelos humanistas teorizados por Eugenio Garin e Hans Baron (SOARES, 2018, p. 207). Na sua obra *Diálogo sobre a conversão do gentio* afirma a humanidade dos índios - nossos irmãos - introduzindo no Brasil a doutrina da Igreja proclamada a 2 de junho de 1534 na Bula “Sublime Deus” defendendo as capacidades de raciocínio e de aprendizagem, inerentes aos seres humanos, dos povos indígenas (NÓBREGA, 1988, p. 240).

José de Anchieta e a arte de gramática

Em 13 de julho de 1553 desembarcavam em Salvador os membros do terceiro grupo de jesuítas enviados ao Brasil. Nesta data os primeiros missionários já haviam completado quatro anos na nova terra. Deste grupo, o membro mais jovem tinha apenas dezanove anos, era o Irmão José de Anchieta que, de imediato, começou o contato com os indígenas que habitavam nas proximidades. Afastado da Bahia, o padre superior dos jesuítas fez deslocar para a capitania de São Vicente, onde se encontrava, o maior número de jesuítas e ali chegou José de Anchieta no final daquele ano.

Nóbrega conhecia o modelo de ensino do Colégio das Artes de Coimbra, instituição de onde vinha Anchieta, sabia da excelência dos professores, dos programas, da severidade do ritmo dos trabalhos para os alunos internos como José de Anchieta cuja jornada principiava às 4:00h e se concluía às 20:00h sendo o melhor aluno. Na partida para o Brasil, mesmo sem haver concluído o curso, Anchieta possuía sólidos conhecimentos de filologia, era um poeta inspirado que sabia compor em todos os gêneros e desenvoltos na língua latina. De imediato Manuel da Nóbrega lhe atribuiu a tarefa de ensinar o latim aos companheiros e a língua portuguesa às crianças. Por sua enorme facilidade de memorização e pendor natural para as letras em seis meses aprendeu a língua da terra e redigiu a *Arte dela* (CAXA, RODRIGUES, 1988, p. 64) em formato didático usando o alfabeto português e o latim como língua de referência.

Porquê e para quê a necessidade de ter uma gramática de uma língua vernácula que os dirigentes políticos não tinham interesse em introduzir no currículo das escolas e porquê a utilização do latim, não bastaria o português? Têm sido dadas várias respostas pelos especialistas que sobre esta gramática têm trabalhado. Começamos por responder que os jesuítas entendiam que antes de converter os povos nativos ao cristianismo, era preciso convertê-los em homens ultrapassando o impacto radical que estes haviam provocado entre os europeus ao se verem confrontados com os povos do Brasil, dar-lhes uma língua escrita com regras semelhantes às dos povos tidos por civilizados era um caminho. Ademais, quando José de Anchieta chegou ao Brasil a maioria dos jesuítas vindos nas expedições anteriores estava convencido de que o melhor meio de se aproximar da população indígena passava pelo conhecimento e aprendizagem das suas línguas, por isso na documentação histórica nos aparecem os nomes do basco Juan de Azpilcueta Navarro, considerado o melhor linguista do Tupi do período anterior a Anchieta e os Irmãos “línguas” jesuítas Pedro Correia, Manuel Chaves e António Rodrigues que, seguramente, foram colaboradores iniciais de Anchieta. Uma primeira versão da *Arte de Gramática* estava pronta em 1555 (ASSUNÇÃO, FONSECA, 2005) e, no ano seguinte, cópias manuscritas foram distribuídas pelas residências dos jesuítas. Quatro anos depois, quando o padre Luís da Grã assumiu a missão de provincial impôs o estudo diário da arte da língua brasílica do Ir. José, a começar pelo reitor do colégio de Salvador este fato indicia ter sido a gramática escrita a pensar nos seus companheiros jesuítas, formados e educados na gramática latina por esta ser a primeira condição pedagógica para início de sua formação, sendo que no sistema da *Ratium Studiorum* o

latim era uma verdadeira língua viva. Compreende-se, assim, a razão pela qual a gramática não define conceitos como verbo, sujeito, sílaba, consoante, vogal, etc. e as explicações dadas em português enquanto os termos técnicos são dados em latim, é porque ela foi construída a pensar no alvo específico dos jesuítas e não para ser usada com os iniciantes das primeiras letras.

O movimento europeu de produção de gramáticas das línguas vernáculas ou vulgares atendia aos propósitos políticos de afirmação dos nacionalismos, assim também a obra de Anchieta seria o veículo para o Tupi que acabaria por ser difundido como língua de comunicação com os índios.

Segundo Pedro Rodrigues, o segundo biógrafo e companheiro de José de Anchieta, esta língua da *Arte de Gramática* era falada desde acima do rio Maranhão por todo o território sob domínio da coroa portuguesa até ao Paraguai adentrando nos territórios sob administração espanhola. Nela se incluíam os Potiguar, os Tupinambá, os Tupiniquim, Temiminós e Tamoios “e muitas outras nações, a quem serve a mesma língua com pouca mudança de palavras” (CAXA, RODRIGUES, 1988, P. 64), a chamada língua geral que se tornaria a língua mais falada no Brasil até à proibição da mesma pelo Marquês de Pombal. Durante o período de quarenta e quatro anos de Anchieta no Brasil, a política das letras e da educação nunca foi defendida pelos monarcas, lembre-se, por exemplo, a proibição de haver imprensa na colônia, não obstante os pedidos da Companhia de Jesus para a instalação de uma universidade e de a própria gramática da Língua Mais Falada na Costa do Brasil ter demorado quarenta anos até ser impressa em Portugal.

A atenção de José de Anchieta não se ficou apenas pelas línguas de origem Tupi, dentro do tronco Macro-Jê há informações que reportam a Anchieta o início de um vocabulário dos Maromomis, povo que habitava pelo interior entre as regiões das capitanias do Espírito Santo e de São Vicente. Outros afazeres o fizeram entregar a continuidade deste trabalho ao padre Manuel Viegas. Infelizmente este material ainda continua por descobrir.

A imersão nas aldeias

A obrigatoriedade do estudo do Tupi nos colégios jesuítas, dentro do processo formativo dos futuros missionários, ia além do estudo teórico. Com efeito, dentro do

percurso escolar dos futuros jesuítas fazia parte a vivência dentro das aldeias de missão nas quais a oralidade no contato com os índios lhes daria a destreza e fluência para o domínio escrito e oral da língua. Esta imersão nas aldeias foi sobretudo defendida e vivida pelo próprio Anchieta, porquanto o convívio com os indígenas lhes proporcionaria o domínio da língua, mas sobretudo conseguiriam aprender a conhecer o outro. José de Anchieta, depois de ascender e ocupar o mais alto cargo da Companhia de Jesus no Brasil por dez anos, pediu que o deixassem viver na aldeia de Reritiba, atual cidade de Anchieta, no Espírito Santo, onde podia usufruir da companhia de seu antigo discípulo, o famoso língua e sertanista padre Diogo Fernandes ao qual deu suporte nos trabalhos de catequização na Língua Geral.

José de Anchieta era conhecido por ser um missionário místico, envolto, ainda em vida, pela fama de santidade, mas também por seu sentido prático, pela refinada cultura renascentista, pela humildade, pelo desejo de servir e de estar próximo das pessoas, em especial dos pobres e dos índios, com os quais partilhava a vida e o respeito pela natureza e nisso residia a sua força e atracão.

Para concluir a *Arte* de Anchieta apresenta a resposta didática e pedagógica a uma questão eminentemente prática: a de facilitar a aproximação e a conversação com as populações indígenas que maioritariamente habitavam o litoral brasileiro. Ao escolher o título de língua mais falada na costa do Brasil subentende-se a existência de uma dicotomia com a existência de outros povos com diferentes línguas e é na América do Sul o primeiro trabalho de codificação de uma língua geral no sentido apresentado pelo professor Aryon D. Rodrigues, conceituado estudioso das línguas indígenas no artigo intitulado “As línguas gerais sul-americanas” (1996):

(...) procuro delimitar e definir o conceito de *língua geral* como um termo específico para determinada categoria de línguas, que surgiram na América do Sul nos séculos XVI e XVII em condições especiais de contacto entre europeus e povos indígenas. A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando o contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão.

REFERÊNCIAS

Documentação primária

ANCHIETA, José de. *Arte de grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.

_____. *Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Poemas, lírica portuguesa e tupi*. Edição preparada por Eduardo Almeida Navarro. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CAXA, Quirício, RODRIGUES, Pero. *Primeiras biografias de José de Anchieta*. Introdução e notas do Pe. Hélio Abranches Viotti. Obras Completas Nº 13. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

NÓBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil, 1549 – 1560*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. “Diálogo sobre a Conversão do Gentio”. *Cartas do Brasil, 1549 – 1560*, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988, pp. 229 – 245.

VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do venerável padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu, tvmatvrgo do Novo Mundo, na Provincia do Brasil*. Lisboa: Oficina de Joam da Costa, 1672.

_____. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. 2ª ed. Vol. I. Livro I. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.

VIEIRA, Padre António. *Sermões*. V. 15. Porto: Lello & Irmãos, 1945.

Obras de apoio

ASSUNÇÃO, Carlos, FONSECA, Maria do Céu. “A arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus”. *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. 2005, pp. 161 – 175.

BRITO, Joaquim Pais de. *Os índios, nós*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000.

CASALINI, Cristiano. *Aristóteles em Coimbra: o Cursus Conimbricensis e a educação no Collegium Artium*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

DAHER, Andréa. “Écrire la langue indigène. La grammaire tupi et les catéchismes bilingues au Brésil (XVI^e siècle)”. *Mélanges de l'École française de Rome. Italie et Méditerranée*. Persée, 1999, t. 111. n° 1, pp. 231-250. Em <https://doi.org/10.3406/mefr.1999.4616> (acesso 16/09/2019).

MONTEIRO, John Manuel. “La langue «la plus commune» de la côte du Brésil: grammaires, vocabulaires et catéchismes en langue native dans l'Amérique portugaise”. *Brésil(s)*. 4. 2013, pp. 195-213.

RAMALHO, Américo da Costa. “A formação conimbricense de Anchieta”. *Hymanitas*. V. 50. T. 2. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos, 1988, pp. 709 – 720.

RODRIGUES, Aryon D' Alligna. “As línguas gerais sul-americanas”. *PAPIA Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*. V. 4. Nº. 2. São Paulo, 1966, pp. 6 - 18.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina, NUNES, José Horta. “Langues amerindiennes à la renaissance: normes et exemples dans les descriptions du tupi et du granani”. *Découverte des langues à la Renaissance*. Histoire Epistemologie Langage. T. 30 (2), 2008, pp. 25 – 70.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. *Mostras de sentido no fluir do tempo: estudos de humanismo e renascimento*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.

TORRES, Amadeu. “Humanismo inaciano e artes de gramática: Manuel Álvares entre a ‘ratio’ e o ‘usus’”... Lisboa: Freitas Brito, 1988, pp. 173-189.

ZIMMERMANN, Klauss. *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert, Madrid: Iberoamericana, 1997.